

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONOSSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

ANIMAL RIGHTS: AN ANALYSIS OF EUTHANASIA AND ZOOTIC CONTROL IN DOMESTIC ANIMALS IN BRAZIL

GRADE, Suelen Andressa¹

FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih²

RESUMO: Analisando as políticas públicas voltadas ao enfrentamento de zoonoses em animais domésticos no Brasil, percebe-se que a principal medida preventiva utilizada como controle sanitário na atualidade é a eutanásia. Porém, com a ascensão dos direitos animais no plano nacional e internacional, observa-se que a eutanásia tem se tornado cada vez mais controversa, principalmente quando inserida num cenário onde os animais tem se tornado verdadeiros sujeitos de direito. Nesse contexto, o questionamento que se levanta e o que se pretende responder ao longo da pesquisa, é se a eutanásia ainda é necessária no controle sanitário de doenças zoonóticas em animais domésticos no país, mesmo frente aos avanços da tecnologia e da medicina veterinária.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos dos Animais; Eutanásia; Zoonoses; Política Pública Sanitária.

ABSTRACT: *Analyzing public policies aimed at combating zoonoses in domestic animals in Brazil, it is evident that the primary preventive measure used for sanitary control today is euthanasia. However, with the rise of animal rights on both the national and international levels, euthanasia has become increasingly controversial, especially when applied in a context where animals have become true legal subjects. In this context, the question that arises and that is intended to be addressed throughout the research is whether euthanasia is still necessary in the sanitary control of zoonotic diseases in domestic animals in the country, even in the face of advances in technology and veterinary medicine.*

KEYWORDS: *Animal Rights; Euthanasia; Zoonoses; Public Health Policy.*

¹ Graduada em Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) E-mail: uelenandressagrade16@gmail.com

² Orientador. Doutor em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Especialista em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Líder dos Grupos de Pesquisa "Legislação, Gestão Ambiental E Desenvolvimento Sustentável" e "Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável". E-mail: gvidrih@uems.br

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZOONOSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o tema do direito dos animais e o papel da eutanásia no controle de zoonoses em animais domésticos no Brasil. Nesse sentido, objetiva-se demonstrar se ainda é necessário o uso da eutanásia como política pública de controle sanitário de doenças infectocontagiosas em animais domésticos, levando em consideração ser este o principal método utilizado pelo governo brasileiro no combate da proliferação de zoonoses na atualidade, mesmo quando a relação humano/animal tem se tornado cada vez mais forte e, por consequência, os seres não humanos vem assumindo o papel de verdadeiros sujeitos de direito no plano jurídico nacional e internacional.

O direito animal é algo relativamente recente, mas que nasce de uma relação que remonta à era primitiva: a relação humana vs animal. No início, tal relação era baseada no antropocentrismo: o ser humano utilizava os animais como instrumento, tomando uma posição de poder sobre aqueles. Com o tempo, todavia, tal relacionamento foi se modificando de tal forma que o homem deixa de vislumbrar o animal como uma ferramenta a seu serviço e passa a vê-lo “como um ser dotado de sentimentos, que possui uma alma, é sensível a estímulos físicos como fome, frio e medo, assim como tem o poder de despertar afeto e manter vínculos” (SCHWEIG, p. 10, 2020).

É nesse contexto que nasce a necessidade de criar leis com o intuito de tutelar os animais. Surge então o direito animal, que nada mais é do que o conjunto de regras e princípios que visam garantir a proteção dos seres não humanos, prezando pela sua integridade e dignidade. O direito animal, dentro desse contexto, passa a fazer parte dos valores morais da sociedade (SCHWEIG, p. 10, 2020).

Nesse sentido, ao descobrir que os animais são seres sencientes (ou seja, capazes de ter consciência sobre eles mesmos e sobre o ambiente em que estão inseridos), o ser humano toma para si o papel de defensor da

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONOSSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

proteção ao animal, “trazendo essa condição como fundamento de suas teorias sendo contrários às atividades que expressem violência, sofrimento ou abuso aos animais” (SCHWEIG, p. 28, 2020).

No Brasil, por exemplo, pode-se observar o surgimento de vários atos normativos, principalmente entre os séculos XX e XXI, que tem como objetivo a tutela dos animais, dentre eles a Constituição Federal de 1988.

Tendo isso em vista, a utilização da eutanásia como política pública de controle e combate às zoonoses no território brasileiro demonstra-se controversa: de um lado existem leis que prezam pela proteção animal, garantindo direitos e cominando penas àqueles que violem a dignidade dos bichos, e de outro há instrumentos normativos que impõe o uso da eutanásia como método de controle sanitário.

Posto isso, Andrea Mastrangelo, Bernardo Lewgoy e Luiza Beck apontam que: “Matar um animal situado no alto da escala de proximidade com o ser humano, como o cão doméstico, tornou-se um importante problema moral e passou a exigir justificção científica, epidemiológica e regulação ética” (BECK, et. al., p. 152, 2020).

62

A fim de alcançar a resposta para a problemática apontada, o método que será utilizado para a pesquisa será a consulta bibliográfica, através de materiais científicos, que irão proporcionar a fundamentação necessária ao estudo.

Por fim, é essencial expor a importância do estudo do tema em comento, visto que o assunto está intrinsecamente ligado à vida da população brasileira como um todo, pois coloca em xeque seus valores morais como sociedade, haja vista que a pauta em discussão envolve, por um lado, a saúde pública pelo risco biológico que os animais eivados de doenças infectocontagiosas incuráveis podem causar aos seres humanos, e de outro, a

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

necessidade de proteção aos animais tendo em vista a mudança no paradigma da relação humano/animal.

2. O PRINCÍPIO DA SENCÊNCIA E A EVOLUÇÃO DO DIREITO DOS ANIMAIS NO BRASIL E NO MUNDO

2.1 As transformações da relação animal *versus* homem através dos séculos: do Antropocentrismo ao reconhecimento da sencência animal

A relação entre seres humanos e seres não humanos existe desde os tempos mais remotos das civilizações. Desde o *Homo Neanderthalensis* - que caçava os animais para alimento e confecção de vestimentas - até o *Homo Sapiens* - o qual usava a tração animal para transporte e o trabalho no campo - verifica-se uma relação de exploração do homem humano para com o animal não humano (MEDEIROS, 2019, p. 17).

Observa-se, portanto, que o relacionamento entre homens e animais vem desde a era primitiva, quando os seres humanos se beneficiavam dos não humanos para garantir a sua subsistência. Nesse sentido, verifica-se que na relação entre homem e animal, o primeiro exerce - desde muito tempo - papel de protagonismo, na medida em que tomou para si um lugar de poder sobre os seres não humanos (SCHWEIG, 2020, p. 10).

Sendo assim, em linhas gerais, percebe-se que os seres humanos buscaram meios para tornar sua vida mais fácil e cômoda ao decorrer da história e, dentro desse contexto, o homem se auto afirmou como ser superior em detrimento dos demais seres vivos, de modo que os animais acabaram por ser utilizados como objetos - ferramentas ou máquinas - à disposição dos desejos do ser humano (ALBIGO, 2021, p. 12).

Esse pensamento ganhou forma na Idade Antiga, época marcada pelo

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

antropocentrismo e o pensar o animal não humano como propriedade do homem. Pensadores da época como Sócrates e Aristóteles difundiam a ideia de que a razão e a racionalidade eram atributos inerentes apenas aos seres humanos, de forma que os animais não humanos – seres irracionais, desprovidos de vontade própria - estariam à disposição do homem e seus interesses (ALBIGO, 2021, p. 14 - 15).

Nesse sentido, Pedro Cabral Albigo destaca:

As ideias de Aristóteles e dos principais filósofos e pensadores desse período contribuíram, sem dúvida, para a construção cultural de domínio do homem sob os animais, com a mera justificativa da racionalidade como fator determinante para o uso destes da forma como bem entendiam. Foi nas concepções de Aristóteles, principalmente, que se deu a construção do pensamento medieval, baseando-se nos conceitos e nas ideias do período antigo, continuando a conceber os animais como servos do homem e prezando pelo antropocentrismo (ALBIGO, 2021, p. 15 - 16).

Em contrapartida, o autor aponta para o fato de que, ainda nessa época, já seria possível verificar uma tendência à proteção animal e o reconhecimento de sua dignidade, de modo que Pitágoras, por exemplo, acreditava na interdependência dos seres vivos e a unicidade do Universo, pensamento que influenciou diretamente sua vida pessoal, pois era vegetariano (ALBIGO, 2021, p. 14).

O período medieval, por sua vez, foi uma época marcada pela influência do cristianismo e da igreja católica. A crença difundida principalmente por Santo Agostinho e Tomás de Aquino era a de que, segundo as escrituras sagradas, Deus concedeu ao ser humano o domínio sobre todos os outros seres, de modo que os animais deveriam viver para os seres humanos. São Francisco de Assis, por sua vez, destacou-se nesse período por ser contrário ao posicionamento de desprezo e indiferença da igreja católica para com os animais não humanos, vez que pregava que todas as criaturas são dignas de amor e proteção (ALBIGO, 2021, p. 16-18).

Com a gênese do Cristianismo, portanto, a interpretação bíblica de que

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

os animais são seres destituídos de alma e, por isso, não possuíam emoções, sentimentos ou consciência (como já visto, interpretação que foi embasada por teólogos como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino), corroborou para que filósofos como Gomez Pereira, Francis Bacon e René Descartes desenvolvessem a chamada Teoria do Animal-máquina ou Automatismo das Bestas, que legalizou experimentos científicos com animais vivos sem anestesia (MEDEIROS, 2019, p. 18-20).

Sendo assim, a Idade Moderna foi inicialmente marcada pela ideia de que os animais eram desprovidos de alma e, portanto, incapazes de sentir dor, de modo que passaram a ser considerados como máquinas a serviço do homem, visão esta que culminou na disseminação de práticas extremamente cruéis contra os animais (ALBIGO, 2021, p. 18-19).

Em um segundo momento, numa reação aos ideais cruéis de Descartes, levantaram-se uma série de filósofos em prol da defesa animal. Voltaire, por exemplo, foi um dos primeiros a surgir com a tese de que os animais, tal como os seres humanos, experimentavam sensações, como dor e prazer (ALBIGO, 2021, p. 19).

Ademais, pesquisadores como Jean Jacques Rousseau e Charles Darwin, dentre muitos outros, chegaram à conclusão de que tanto os animais humanos quanto os não humanos são capazes de sentir emoções, e por isso, merecem igual consideração (MEDEIROS, 2019, p. 23), momento em que de fato começou a surgir a ideia de senciência animal.

Em suma, portanto, foi a partir das atrocidades cometidas contra os animais não humanos no início da Idade Moderna que estudiosos da área começaram a observar semelhanças entre os organismos de seres humanos e animais, o que afastou a ideia de que estes últimos não possuíam linguagem, pensamento ou dor.

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

A ideia de senciência animal, posteriormente, foi melhor desenvolvida por Jeremy Bentham no século XVIII. Para o filósofo, o que fazia dos animais seres dignos de respeito e cuidado não era se possuíam capacidade de raciocínio ou fala, mas sim se eles eram capazes de sofrer. Ademais, outros autores do século XX como Peter Singer, Tom Regan e Gary Francione, foram fundamentais para a difusão da ideia de senciência animal (ALBIGO, 2021, p. 21-22).

Para ser ter uma ideia, Singer abordou a senciência animal em seu livro "Libertação Animal", de 1975, chegando à conclusão de que os animais, tal como os seres humanos, possuem a capacidade de experimentar dor e sofrimento, motivo pelo qual seus interesses precisam ser respeitados, tendo em vista que seus direitos possuem o mesmo grau de importância que os dos homens (ALBIGO, 2021, p. 22).

Para Carla de Abreu Medeiros:

Tendo em vista os animais possuem um sistema nervoso muito semelhante ao dos humanos, quase todos os sinais externos como convulsões, contrações de rosto, gemidos, ganidos entre outras formas de apelo na tentativa de fazer cessar a fonte de dor, que nos levam a inferir a existência de dor nos outros seres humanos, também são encontrados nos animais, sobretudo nos mamíferos e aves. Do mesmo modo como acontece com os humanos, os animais, quando expostos a estas circunstâncias de dor, respondem fisiologicamente igual aos humanos (MEDEIROS, 2019, p. 21).

Jamile Adriani Schweig aponta para a senciência como sendo a capacidade de sentir prazer, dor, felicidade ou tristeza. Senciente, portanto, é aquele que possui "capacidade de receber e reagir a um estímulo de forma consciente" (SCHWEIG, 2020, p. 28). Dessa forma, para a autora: "a maior evidência de que um animal esteja sentindo dor reside no fato de que o mesmo tenta escapar e evitar qualquer estímulo doloroso aplicado sobre ele" (SCHWEIG, 2020, p. 29).

Outrossim, Pedro Cabral Albigo escreve que reconhecer que os animais são seres sencientes é reconhecer que estes são também sujeitos de direitos

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

(ALBIGO, 2021, p. 29). Nesse contexto, Albigo afirma que “o animal é capaz de sentir dor e experimentar sofrimento e, sendo assim, é relevante enquanto um indivíduo de direito, pois possui sua própria dignidade e valor” (ALBIGO, 2021, p. 25). Para ele:

As evidências da senciência animal são comprovadas através de estudos científicos e já foram objeto de várias pesquisas empíricas, demonstrando sua capacidade como seres capazes de terem inúmeras sensações semelhantes às humanas, afastando assim a concepção de Descartes do animal como máquina para reconhecê-lo como ser merecedor de respeito e tratamento igualitário (ALBIGO, 2021, p. 27).

Com o passar dos séculos, outras teorias acerca da relação animal *versus* homem foram desenvolvidas. O especismo, por exemplo - que muito se assemelha ao antropocentrismo - é uma teoria baseada no pensamento de que a espécie humana é melhor e superior às demais e, por essa razão, possui o direito de explorá-las (SCHWEIG, 2020, p. 30).

Em contrapartida, teorias como o biocentrismo e o ecocentrismo partem da perspectiva de que o homem está em pé de igualdade com todos os demais seres vivos dentro da coletividade ecológica, de modo que todas as formas de vida são merecedoras de respeito e, portanto, devem ser preservadas (SCHWEIG, 2020, p. 17).

De toda forma, é inegável que o ser humano transmitiu, de geração para geração, o pensamento antropocentrista de que a humanidade é o centro de tudo e que as demais espécies do planeta existem somente para servi-la (AMORIM, et. al, 2021, p. 92).

Ocorre que, após muitos anos, a relação entre os animais não humanos e os animais humanos se modificou de tal forma que se percebe atualmente um crescente reconhecimento do animal como sujeito de direito, vez que é um ser comprovadamente dotado de senciência e, portanto, merecedor de dignidade e proteção (ALBIGO, 2021, p. 12 - 13).

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Nesse sentido, em uma análise histórica, observa-se que tanto o antropocentrismo quanto o especismo colocaram o ser humano em posição de superioridade em relação aos outros animais, o que, por sua vez, legitimou e ainda legítima a exploração e dominação dos primeiros em relação aos últimos. Contudo, as próprias consequências desses “ismos” históricos que permeiam nossa sociedade fizeram com que o ser humano repensasse sua posição em relação aos outros seres vivos.

Dessa maneira, verifica-se que o ser humano é somente mais um ser vivo em meio a tantos outros, de forma que há uma relação de interdependência entre todos os seres da natureza, o que pressupõe, por sua vez, a existência de direitos inerentes a todos os animais, seja eles humanos ou não.

Quanto a isso, apontam Lyandra Matos Amorim e Daniel Lopes Gameiro Ferreira:

Comprovada a senciência, a necessidade de a sociedade trocar o pensamento antropocentrista pelo pensamento com base no biocentrismo aumentou, ou seja, a sociedade precisa parar de ver o ser humano como centro do universo e passar a ver que o homem, a natureza e os animais estão em posições e condições iguais, pois a proteção aos animais só avançará de verdade quando houver mudanças no pensamento social (AMORIM, et. al, 2021, p. 94).

Portanto, partindo do pressuposto de que todos os seres vivos são merecedores de respeito, simplesmente por serem, nas palavras de Tom Regan, *sujeitos-de-uma-vida* (MEDEIROS, 2019, p. 29), estes não podem ser utilizados com ferramentas ou recursos para atender interesses alheios. Mais do que isso, “devem ser reconhecidos os animais como sujeitos de direitos”, por meio da “concessão de direitos subjetivos fundamentais para animais não humanos” (MEDEIROS, 2019, p. 29). Faz-se necessário, para tanto, “um ordenamento jurídico não especista, o qual vise o bem estar animal” (MEDEIROS, 2019, p. 31), uma vez que a “capacidade de sentir prazer é um fator suficiente para garantir uma igual consideração dos interesses dos seres” (MEDEIROS, 2019, p. 34).

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Como irá ser demonstrado a seguir, essa mudança de paradigma no que se refere à relação entre os seres humanos e os seres não humanos - e a posição destes em relação aos primeiros - fez com que o Direito evoluísse de tal forma que foram desenvolvidos, através dos anos, mecanismos jurídicos de proteção aos animais tanto a nível nacional quanto internacional, tema que será abordado no tópico subsequente.

Vale ressaltar, desde já, que não se pretende esgotar todos os dispositivos legais pertinentes à tutela animal, vez que para isso seria necessária uma pesquisa científica voltada somente para esse tema. Sendo assim, será destacado apenas as principais legislações pertinentes à proteção animal - no que tange à legislação brasileira e ao direito comparado - a fim de que seja possível alcançar um esclarecimento melhor sobre a temática. Senão vejamos.

2.2. Quebrando Paradigmas: O Aperfeiçoamento do Direito Animal no Brasil e no Mundo

69

De acordo com Jamile Adriani Schweig, o ser humano, através dos anos, começou a transformar seu pensamento em relação aos animais não humanos, de modo que passou a percebê-los não mais como criaturas disponíveis apenas para atender às suas necessidades, mas sim como seres que possuem emoções e são suscetíveis às sensações físicas como fome, frio e medo, além de possuírem a capacidade de estabelecer conexões afetivas (SCHWEIG, 2020, p. 10).

Nessa nova etapa, portanto, surge o direito animal, marcado como sendo o conjunto de normas que regem a proteção animal com o intuito de preservar sua dignidade e sua integridade física e moral (SCHWEIG, 2020, p. 10).

No mesmo sentido, Carla de Abreu Medeiros aponta para o direito

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

animal como sendo “um conjunto de regras que defendem a vida, a liberdade e a integridade física e psicológica dos animais não humanos” (MEDEIROS, 2019, p. 52).

Conforme exposto até agora, os avanços das pesquisas científicas permitiram demonstrar que os animais são seres sencientes, tal como os humanos. A partir daí, na intenção de buscar o bem-estar animal e romper com as crueldades cometidas contra esses seres vivos ao longo da história, ocorre em 1978 a proclamação da Declaração Universal dos Direitos dos Animais pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Tal diploma internacional - assinado por vários países do mundo, inclusive o Brasil - veio para reconhecer que os animais possuem direitos e que estes precisam ser cumpridos (MEDEIROS, 2019, p. 53).

No que tange ao direito comparado, observa-se o reconhecimento da senciência animal em dispositivos legais como o Código Civil francês, alterado em 2015, bem como o Estatuto Jurídico dos Animais de Portugal de 2017 (Lei n. 8/2017), que promoveu alterações no Código Civil português (ALBIGO, 2021, p. 56-60). Nesse sentido: “Notável principalmente o avanço francês e português quanto ao reconhecimento em seus códigos da sensibilidade animal de forma explícita, além de ‘descoisificar’ os animais não humanos, trazendo à tona o jusanimalismo” (ALBIGO, 2021, p. 60).

Observa-se, principalmente nos países europeus, uma tendência cada vez maior em criar dispositivos jurídicos de proteção e reconhecimento dos animais como sujeitos de direitos. Doutra forma, percebe-se que os países da Europa ocidental são os que mais se preocupam com a tutela jurídica dos animais no que diz respeito à garantia do bem-estar desses seres (MEDEIROS, 2019, p. 56).

Como exemplo podemos citar a Alemanha e Áustria, que alteraram seus Códigos Civis, deixando de considerar os animais como coisas e passando a

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

percebê-los como seres protegidos por leis especiais (Código Civil Alemão, § 90, Letra A e Código Civil Austríaco, § 285, Alínea “a”). Ademais, outros países como a Suíça e Nova Zelândia, tal como Portugal e França, foram mais longe, reconhecendo por lei a senciência animal (MEDEIROS, 2019, p. 59, 62, 61, 64 e 78).

A Itália e o Reino Unido também merecem destaque por terem dispositivos jurídicos de proteção animal. Há que se falar principalmente na Holanda, que aprovou em 2010 o projeto da primeira Força Policial Animal, que segundo Carla de Abreu Medeiros, é responsável por promover “resgates, atendimentos e investigações contra crimes que ferem os direitos animais” (MEDEIROS, 2019, p. 66). Para a autora:

A Holanda se tornou recentemente o primeiro país do mundo sem cachorros abandonados e, o mais importante, sem sacrificá-los. Segundo o estudo *How Holland became free of Stray dogs* feito por Isabelle Sternheim, foram 03 (três) principais fatores que ajudaram a Holanda a chegar nesse número: conscientização (explicando como o abuso animal é um fator sério, inclusive o abandono); leis e multas (a lei atual penaliza o abuso animal, ou quem negar cuidado, com três anos de prisão e pagamento de multa de 16.750 euros); e campanhas (o governo assumiu o custo da castração dos animais domésticos e organizou campanhas para castrar cães de rua e abrigos) (MEDEIROS, 2019, p. 67).

71

Tratando-se da evolução da legislação pertinente à tutela animal no Brasil, verifica-se que a primeira norma de proteção animal que se tem registro é o Código de Posturas de São Paulo, datado de 1886, que em linhas gerais, previa em seu art. 220 a proibição de maus tratos a animais por parte dos condutores de carroças, não podendo estes maltratar os animais com castigos bárbaros e imoderados, conduta que poderia acarretar sanção de multa. Posteriormente, em 1895, entrou em vigor a Lei Municipal Paulista 183, que estendia a proteção contra abusos e maus tratos aos animais em geral (MEDEIROS, 2019, p. 90).

No que se refere ao Código Civil de 1916, este nada dispunha acerca de tutela animal, apenas tratava da natureza jurídica dos animais como sendo

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

bens semoventes, conforme previa o art. 593 do diploma civilista (MEDEIROS, 2019, p. 92). Percebe-se que não houve modificações significativas quanto a proteção jurídica dos animais do Código Civil brasileiro de 1916 para o de 2002, vez que este último, tal como o primeiro, também considera os animais como bens semoventes, sobre os quais incidem as normas concernentes aos direitos reais, portanto, são tratados como propriedade (MEDEIROS, 2019, p. 103).

O Decreto 16.590/1924, nas palavras de Carla de Abreu Medeiros, foi “o precursor nos direitos dos animais no Brasil”, vez que inovou ao tipificar condutas que passaram a ser tratadas como prejudiciais ao bem estar animal. Tais práticas integraram a lei de contravenções penais em 1941, através da promulgação do Decreto-Lei 3.688/1941, que estipulava pena de prisão ou multa àquele que cometesse atos de crueldade contra animais (MEDEIROS, 2019, p. 92-93).

Em 1978, como já mencionado, o Brasil foi signatário da Declaração Universal do Bem-Estar Animal, declaração esta que prevê uma série de princípios garantidores da proteção animal (MEDEIROS, 2019, p. 95). Já em 1998, a Lei dos Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998) passou a prever sanções àqueles que praticassem condutas danosas ao meio ambiente. Em seu art. 32, o diploma legal prevê pena de detenção e multa para atos de maus tratos contra animais, sejam eles silvestres, domésticos, domesticados, nativos ou exóticos (MEDEIROS, 2019, p. 99). Vale ressaltar, ainda, que a Lei 14.064/2020, apelidada como “Lei Sanção”, promoveu mudanças no art. 32, da Lei dos Crimes Ambientais, aumentando a pena para os casos de maus tratos contra cães e gatos, que passou a ser de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda (SCHWEIG, 2020, p. 54).

Para Carla de Abreu Medeiros, no que se refere à tutela animal, a legislação brasileira está atrasada em relação a vários países, vez que, como

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

já visto, muitos deles já deixaram de considerar os seres não humanos como coisas e passaram a reconhecê-los como seres sencientes, possuidores de valor intrínseco (MEDEIROS, 2019, p. 87).

Todavia, apesar do ordenamento jurídico brasileiro ainda não ter reconhecido expressamente a senciência animal, a Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a proteção dos animais em seu Capítulo VI, que trata sobre o Meio Ambiente, mais especificamente no art. 225, § 1º, da Magna Carta (MEDEIROS, 2019, p. 87-88), o que já é um avanço muito significativo.

Para Pedro Cabral Albigo, o texto constitucional brasileiro, em seu art. 225, § 1º, VII, ainda que não de forma expressa, traz a presunção da senciência animal (ALBIGO, 2021, p. 24-25).

Segundo o autor, a previsão contida no art. 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal, consolida a proibição da crueldade contra os seres não humanos (fauna). A norma constitucional, além de reconhecer o direito fundamental de respeito e existência digna aos animais, ainda os qualifica como bens jurídicos de interesse difuso, cabendo ao Poder Público o seu zelo e cuidado. Tal preceito constitucional, portanto, é de suma importância para a proteção animal, garantindo direitos a estes seres através do reconhecimento de sua dignidade e senciência (ALBIGO, 2021, p. 49-51).

Para Carla de Abreu Medeiros “a Constituição Federal de 1988 estabeleceu bases de um estado democrático de caráter ambiental”, sendo que a palavra “fauna” que é mencionada no texto constitucional deve ser interpretada de forma ampliativa, abarcando todas as categorias de animais (MEDEIROS, 2019, p. 97).

Segundo a autora:

O § 1º delega ao poder público e a coletividade o dever de respeitar a vida, a liberdade corporal e a integridade física dos animais, bem como, ao longo dos seus incisos, proíbe expressamente as práticas que coloquem em risco a função ecológica, provoquem a extinção ou submetam à crueldade qualquer animal (MEDEIROS, 2019, p. 88).

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONOSSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Em suma, pode-se chegar à conclusão de que os animais e os seres humanos compartilham entre si interesses semelhantes, uma vez que ambos são seres sencientes e, por tal razão, fazem jus a uma proteção jurídica eficiente. Para tanto, refletindo sobre o atual ordenamento jurídico brasileiro, conforme aponta Albigo: “é necessário que a lei atribua também aos animais, direitos que atualmente só são destinados a seres humanos” (ALBIGO, 2021, p. 43). Tal objetivo, contudo, demonstra-se de difícil alcance e pressupõe inúmeras adversidades.

Para Janile Adriani Schweig, por exemplo, uma das dificuldades que impede a implementação de direitos aos animais no Brasil é a ignorância da população, vez que grande parte ainda vê o animal em uma posição de inferioridade em relação aos seres humanos. Portanto, para a autora, o que se deve mudar antes de tudo é “a nossa própria cultura e estrutura social” (SCHWEIG, 2020, p. 25).

Da mesma forma, Lyandra Matos Amorim e Daniel Lopes Gameiro Ferreira expõe que “é necessária uma mudança no âmbito sociológico do país, onde por meio de medidas educacionais o ser humano passe a aprender, de forma cultural, que os animais são iguais aos seres humanos e merecem os mesmos direitos à vida, respeito e proteção” (AMORIM, et. al, 2021, p. 103).

De todo modo, resta evidente que todos os seres, sejam eles humanos ou não, merecem igual consideração moral. Ser capaz de sofrer, sentir dor, ou apenas o fato de estar vivo, é o bastante para assegurar uma consideração moral, não importa a espécie (MEDEIROS, 2019, p. 108). Nesse sentido:

O direito à vida e à liberdade não podem ser considerados prerrogativas apenas do ser humano [...]. Os animais não fazem parte dos recursos ambientais apenas. São seres vivos dotados de direitos que lhes são específicos. E, por tal fato, faz-se de extrema importância - e urgência - remodelar as estruturas do ordenamento jurídico atual, deixando de lado o antropocentrismo de outrora para contemplar animais não humanos como sujeitos de direitos e garantias (MEDEIROS, 2019, p. 125).

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Os seres humanos, portanto, possuem o dever de proteger a integridade física e moral dos animais, seres vulneráveis que estão sob sua responsabilidade, “zelando pelo seu bem-estar, preservando sua saúde e dando-lhe alimentação e boa qualidade de vida”, haja vista que “o homem é responsável por aqueles que estejam sob sua tutela, devendo defender seus direitos básicos” (MEDEIROS, 2019, p. 129).

3. A EUTANÁSIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE ÀS ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

3.1. A Ineficácia do Extermínio de Animais como Método de Controle da disseminação de doenças zoonóticas

A eutanásia, termo grego proposto por Francis Bacon em sua obra denominada “*Historia vitae et mortis*” no ano de 1623, pode ser definida como o ato em que alguém causa a morte de outrem propositalmente, de modo a evitar-lhe sofrimento (MARTINS, 2006, p. 199). Em outras palavras, e remetendo-se à definição do próprio Francis Bacon, a eutanásia é um método por meio do qual os médicos podem “mitigar através das mãos os sofrimentos e agonia da morte” (ARRUDA et al., p. 199, 2017).

Quando inserida no contexto social brasileiro no que se refere à política de extermínio de animais como forma de controle da disseminação de doenças zoonóticas, a eutanásia sofre duras críticas. Isso porque autores como Fernando de Araújo Heinen referem-se à esse método como uma prática obsoleta, haja vista que: “existem outros tratamentos alternativos para que não seja necessário sacrificar o animal” e “a eutanásia é uma forma desumana de controle já ultrapassada pelo avanço da tecnologia e da medicina veterinária” (HEINEN, p. 78, 2017).

Hoje no Brasil, a única justificativa que permite o uso da eutanásia em

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZOONOSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

animais domésticos é quando estes, contaminados por algum tipo de doença infectocontagiosa ou incurável, colocam em risco a saúde pública. Dessa forma prevê a Lei nº 14.228, de 20 de outubro de 2021, que trata sobre a eliminação de animais domésticos, especificamente cães e gatos, pelos órgãos de controle de zoonoses.

Ocorre que, com o crescimento do número de ativistas que lutam pela causa animal, bem como a inserção cada vez maior dos animais domésticos na vida do ser humano, acirrou-se a discussão acerca da controversa utilização da eutanásia como política estatal de controle e combate às zoonoses.

Nesse sentido, Andrea Mastrangelo, Bernardo Lewgoy e Luiza Beck, cientes da forte polarização entre os dois sistemas de valores políticos que dão combustível a essa controvérsia (de um lado a saúde pública e, de outro, a proteção animal), apontam que “a política pública brasileira de eutanásia de cães é parte de um repertório tradicional de práticas de gestão de populações de animais indesejáveis” (BECK et al., p. 147, 2020).

76

Tal afirmativa se baseia no fato de que os órgãos responsáveis pelo controle sanitário de zoonoses no Brasil, os Centros de Controle de Zoonoses, por muitas vezes adotam uma política de captura, confinamento e extermínio dos animais, tendo em vista que não seguem qualquer tipo de protocolo (JUNIOR et al. p. 6, 2019).

Seguindo essa perspectiva, Francisco Rafael Martins Soto aponta que “os serviços municipais de controle de zoonoses foram criados basicamente com a finalidade de minimizar o problema das doenças transmitidas por cães e gatos à população humana, especialmente a raiva” (SOTO, p. 43, 2010). Ademais, Soto complementa que o município de São Paulo, entre 1997 e 2002, eliminou cerca de 25 a 30 mil cães por ano, número notoriamente considerável (SOTO, p. 44, 2010).

O fato é que o Conselho Federal de Medicina Veterinária orienta a

Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ, v. 12, n. 20, Jul.-Dez./2025

ISSN - 2318-7034 [On Line]

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZOONOSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

prática da eutanásia humanitária, de modo a minimizar ao máximo o sofrimento do animal durante o procedimento. Dessa forma, há diversas normas que os profissionais veterinários dos Centros de Controle de Zoonoses devem seguir, dentre elas, orienta-se que o protocolo a ser escolhido para a prática da eutanásia deve estar em conformidade com a espécie e idade do animal, bem como com o propósito final do procedimento (SOUSA, p. 13, 2019). À vista disso, a autora Maria do Bom Conselho de Sousa aponta:

De acordo com o CFMV (2013), o bem estar animal deve ser o fator norteador para a escolha do método utilizado. Deve ser priorizado a total isenção ou redução máxima de dor e/ou desconforto no animal, redução do medo e ansiedade, respeito ao animal e as pessoas presentes no momento da técnica. O entendimento fisiológico em relação ao comportamento dos animais é um fator de grande importância, pois é a partir disto que o profissional será capaz de identificar reações em que o animal demonstre medo, angustia, dor e/ou ansiedade (SOUSA, p. 15, 2019)

Todavia, o que se observa na prática dos Centros de Controle de Zoonoses é algo totalmente distinto. Conforme expõe Luciano Rocha Santana e Marcone Rodrigues Marques, as grandes cidades enfrentam na atualidade uma quantidade de animais abandonados nunca vista antes, de modo que os Centros de Controles de Zoonoses estão superlotados, fato este que corrobora para a prática de “métodos, na maioria das vezes, ‘nazifascistas’ de captura, confinamento e extermínio de cães e gatos, após dias de constrangimento em irritantes e exacerbadas situações de cativeiro em cubículos fétidos e imundos” (MARQUES e SANTANA, 2001). Além disto, os autores complementam que os animais ficam submetidos à falta de alimento e avaliação médico-sanitária, bem como à prática de maus tratos, situação que transgride “a lei natural – física, química, biológica e psíquica - da qual o animal é portador” (MARQUES e SANTANA, 2001).

É fato que as zoonoses são motivo de grande preocupação por parte dos órgãos de saúde pública. Nesse sentido, João Paulo de Matos Falcão cita que ao longo da história, as doenças zoonóticas transformaram-se em um problema global. Por esse motivo, as organizações de saúde tiveram que

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZOONOSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

adotar medidas para reprimi-las. No Brasil, por exemplo, os Centros de Controle de Zoonoses surgem como política de saúde pública no combate às zoonoses transmitidas por animais no meio urbano. A criação dos CCZs, portanto, se deu com a finalidade de garantir à população o direito à saúde pública, direito este assegurado pela Constituição Federal de 1988 (FALCÃO, 2021, p. 15).

Segundo o autor, ao abordar o papel dos Centros de Controle de Zoonoses e a proteção em torno dos direitos dos animais, assevera: “Quando voltamos nosso olhar para o CCZ – o que mais pesa na balança de suas ações é o combate às zoonoses e não as questões direcionadas ao direito dos animais” (FALCÃO, 2021, p. 54)

Nesse sentido, a grande discussão que surge em relação às políticas públicas de combate às zoonoses no Brasil relaciona-se ao uso da eutanásia como primeira e principal medida sanitária. Na realidade, o avanço tecnológico e científico no plano nacional e internacional permite que outras medidas menos invasivas sejam utilizadas no controle de doenças infectocontagiosas ou incuráveis em animais domésticos contaminados.

Com base nisso, Andrea Mastrangelo, Bernardo Lewgoy e Luiza Beck explicam que:

A eutanásia de cães pelo poder público é atravessada por tensões e dilemas entre a imposição higienista de uma ordem espacial-sanitária urbana e a crescente antropomorfização dos animais de companhia, os quais têm inspirado as modernas políticas de proteção de animais (BECK et al., p. 151, 2020).

Os autores ainda complementam que historicamente, os Centros de Controle de Zoonoses já carregam uma política sanitária higienista e interespecífica, o que acaba corroborando para a criação de um ambiente segregacionista, de experimentação e extermínio de animais errantes ou doentes, tudo sob a justificativa da proteção à saúde humana (BECK et al., p. 151, 2020).

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros e Paloma Rolhano, por seu turno, ao criticarem as políticas de saúde pública no tratamento da Leishmaniose no país, afirmam que alegar a inexistência de fármacos ou esquema terapêutico para o tratamento da doença a fim de justificar a perpetuação do uso da eutanásia como esquema de controle sanitário, demonstra ser uma argumentação completamente desatualizada e desinformada. Em suas palavras: “Conforme estudo promovido pela Fundação Oswaldo Cruz, o tratamento existe e é sim eficaz, demonstrando apenas que a política em questão sustenta apenas interesses políticos e não de saúde pública” (MEDEIROS et. al., p. 84, 2017).

Ao analisar o Manual de Vigilância e Controle de Leishmaniose Visceral que está atualmente em vigor no Brasil, as autoras supramencionadas indicam que as regras que orientam o tratamento dessa doença estão ultrapassadas e que em nenhum momento o referido Manual baseia-se em dados científicos atuais. Longe disso, a eutanásia (medida expressamente recomendada pelo Manual a todos os animais soros reagentes ou parasitológico positivo): “não possui comprovação científica de eficácia, pelo contrário, ela tem o potencial de gerar mais danos, sendo que outras medidas de controle foram atestadas cientificamente como eficazes” (MEDEIROS et. al., p. 85, 2017).

79

No mesmo sentido, Carlos José Saldanha Machado, Erica Gaspar Silva e Rodrigo Machado Vilani confirmam que:

Apesar das evidências científicas contrárias à prática da eutanásia como medida eficaz para o combate à doença e, por consequência, de garantia da saúde pública, a Advocacia Geral da União (Brasil, 2012), em 2012, emitiu um parecer jurídico sustentando que as ações (eutanásia) promovidas para o controle da leishmaniose visceral, por parte do Ministério da Saúde, eram respaldadas por evidências científicas robustas. Contudo, da leitura do parecer, a robustez sustenta-se na opinião de um único especialista contratado pelo próprio Ministério da Saúde. Os elementos de convencimento adotados foram a expansão da doença no país e o seu grau de letalidade. Como conclusão, a Advocacia Geral da União defende “que a eutanásia dos cães infectados pela leishmaniose é medida que se impõe, sob pena de evidente e irreversível prejuízo ao interesse público (aqui representado pela saúde pública e vidas

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZOONOSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

humanas) e caracteriza-se por ser: cientificamente respaldada, indispensável ao êxito das ações e razoável na ponderação dos interesses envolvidos” (Brasil, 2012). O parecer, visto que pautado em uma opinião isolada, desconsiderou evidências científicas que já comprovaram que a estratégia de remoção de reservatórios é menos eficiente do que o controle dos vetores. Em uma simulação do impacto de diferentes estratégias sobre a transmissão da leishmaniose foi mostrado que a eliminação de reservatórios vertebrados é muito menos eficiente do que as vacinas, intervenções nutricionais ou o uso de inseticidas (MACHADO et. al., p. 255, 2016).

Como pode-se observar, por mais que haja defensores da utilização da eutanásia como medida de combate às zoonoses em cães e gatos, estudos científicos sérios apontam para a ineficácia dessa medida.

Carlos Henrique Ney Costa, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, por exemplo, cita que “entre questões políticas, éticas, econômicas e falta de consenso científico, a tendência do governo brasileiro vem desconsiderando ou mal interpretando a ciência disponível”, fato este que “revela uma sistemática perda de neutralidade científica na recomendação de uma medida de saúde (eutanásia profilática) altamente discutível” (COSTA, p. 239, 2011).

80

No mesmo sentido, Vanice Teixeira Orlandi afirma que, no Brasil, a administração pública municipal tem utilizado a eutanásia como método de controle populacional de animais errantes, bem como uma ferramenta de combate às zoonoses, porém, estudos científicos atualizados revelam que tal medida é ineficaz e demasiadamente cara (inclusive, em desuso em vários países). Para ela, a eliminação sistemática de animais abandonados não soluciona os problemas relacionados ao aumento da natalidade e a ineficácia do controle de zoonoses, haja vista que os animais se reproduzem em uma velocidade muito maior do que o exercício de sua eliminação (ORLANDI, 2011).

Ademais, a autora aponta que as ferramentas adotadas atualmente pela administração pública são ineficazes e altamente dispendiosas, o que

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONOSSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

demonstra má gestão do dinheiro e do interesse público, haja vista que a eliminação de cães não resulta em reflexos positivos para a saúde pública. Nesse sentido:

A relevância pública que se atribui à saúde da coletividade não autoriza a Municipalidade a fazer uso de procedimentos que impliquem sofrimento aos animais sobretudo por serem tais procedimentos desnecessário à proteção da saúde que já dispõe de meios técnicos tais como vacinação e esterilização para evitar que os animais sofram as consequências do aumento populacional e da disseminação de doenças (ORLANDI, 2011, p. 146)

Tendo isso em vista, e sabendo que a conexão entre os seres humanos e os animais está se amplificando, vez que é crescente o número de pessoas que vêm abandonando a visão antropocentrista e, por seu turno, aderem à visão biocentrista na relação humano/animal (ou seja, o ser humano deixa de se colocar em uma posição de superioridade em relação aos animais e passa a considerá-los como seres em condições iguais a ele), é que torna-se oportuno discutir acerca do uso da eutanásia como principal ferramenta no controle sanitário de zoonoses em animais domésticos no Brasil.

81

Na realidade, atualmente existem vários estudos que embasam a desnecessidade do uso dessa medida no controle de zoonoses, como demonstrado ao longo da presente pesquisa, o que corrobora para a ascensão da tese de que o uso da eutanásia como política pública de controle sanitário é algo cruel, fruto de um sistema político negligente que caminha a passos lentos para o reconhecimento dos animais como sujeitos de direito, munidos de sentiência.

De todo modo, se faz necessário demonstrar o conflito entre os grupos que, de um lado, defendem a eutanásia como medida eficaz no combate às zoonoses e, de outro, aqueles que apontam para a ineficiência dessa prática, haja vista que há diversas outras formas de realizar o controle sanitário de doenças infectocontagiosas em animais no país, diga-se, formas comprovadamente muito mais eficientes, como irá ser exibido em seguida.

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZOONOSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

3.2. Métodos alternativos no controle sanitário de doenças infectocontagiosas em animais domésticos no Brasil

O assunto analisado ao longo da presente pesquisa tem sua pertinência por envolver o interesse público. Afinal, de um lado temos o risco à saúde pública e, de outro, a necessidade da proteção aos animais, uma vez considerados seres sencientes. Assim, a busca pelos porquês, causas e soluções do problema se mostra de extrema relevância no contexto fático brasileiro.

Como já demonstrado anteriormente, as autoridades governamentais insistem na eutanásia como primeira e principal política pública sanitária de combate às zoonoses, mesmo que tal medida já tenha se mostrado ultrapassada. Dessa forma, resta analisar as causas que corroboram para a proliferação das doenças zoonóticas em animais domésticos, principalmente em cães e gatos, e a partir daí, buscar soluções que realmente funcionem e, principalmente, que permitam o equilíbrio entre a manutenção da saúde pública e os direitos dos animais.

82

Primeiramente cabe destacar que, no Brasil, a posse irresponsável e a procriação desenfreada de animais errantes tornaram-se um problema de saúde pública, principalmente no que se refere ao processo de transmissão de zoonoses, sendo estas, portanto, as principais causas da proliferação de doenças zoonóticas em animais (DA SILVA, et. al., 2017).

Para João Paulo de Matos Falcão, o abandono de animais contribui diretamente para o aumento da disseminação de doenças zoonóticas. Isso ocorre ao passo que o animal solto na rua entra em contato com outros animais, também abandonados, o que aumenta a propagação de doenças (FALCÃO, 2021).

Em pesquisa feita pelo próprio autor em dados divulgados pelo Instituto

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Pet Brasil, o IBGE contabilizou no ano de 2018 uma população de 139,9 milhões de animais de estimação. Desse total, 5% se encontram em condição de vulnerabilidade e, dessa parcela, 4% evolui para o abandono completo (FALCÃO, 2021).

Falcão afirma que os animais que estão sob tutela de pessoas em condições de vulnerabilidade são os que possuem mais chances de sofrerem processos de abandono. Para o autor, isso se deve ao fato de no Brasil quase não existirem clínicas veterinárias gratuitas, pois a falta de acessibilidade da população carente à clínicas particulares contribui para o descarte dos animais nas ruas (FALCÃO, 2021).

Têm-se, portanto, que o abandono de animais está estritamente ligado à transmissão de zoonoses. Mas como resolver essa questão, sem apelar para a prática da eutanásia? A solução para isso seria o uso de campanhas de conscientização contra maus tratos e abandonos de animais como instrumento de política pública de saúde (FALCÃO, 2021).

83

Outra medida que contribuiria muito para a solução do problema seria a criação de hospitais veterinários públicos, para acesso de toda a população, uma vez que isso diminuiria os casos de abandono de animais e, consequentemente, reduziria o contágio pelas doenças zoonóticas (FALCÃO, 2021).

Ademais, a microchipagem de cachorros e a castração têm sido alternativas importantes no combate ao abandono de animais e, consequentemente, da transmissão de doenças zoonóticas (FALCÃO, 2021).

Contudo, a solução mais óbvia e talvez a mais importante é a vacinação dos animais. João Paulo de Matos Falcão, em pesquisa sobre os Centros de Controle de Zoonoses, afirma que uma das atividades do órgão municipal é promover campanhas de vacinação contra a raiva. Tal medida fez com que os

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

casos de internações pela doença no país diminuíssem drasticamente. Para se ter uma ideia, foram registrados 1.247 casos de internação de seres humanos contaminados por raiva no país dentro do período compreendido entre 1984 a 2020. Já no que se refere às doenças como a leishmaniose e a leptospirose, para as quais os CCZs não oferecem campanhas de vacinação (são realizadas apenas medidas de prevenção por parte do Ministério da Saúde), o número de casos de internação de seres humanos contaminados dentro do mesmo período alcançou o patamar de 87.271 e 59.484, respectivamente (FALCÃO, 2021).

No mesmo sentido, Vanice Teixeira Orlandi aponta para a vacinação e para a castração dos animais como políticas públicas mais eficientes no combate à erradicação de doenças zoonóticas no país. Para ela, se o poder público municipal investisse na captura de cães e gatos para fins de vacinação e esterilização, haveria uma redução drástica tanto da quantidade de animais errantes, quanto do risco de propagação de doenças infectocontagiosas (ORLANDI, 2011).

84

A ineficiência na erradicação da raiva canina, por exemplo, reflete a falta de eficácia e qualidade das medidas adotadas pela administração pública, já que seu sucesso dependeria de uma cobertura vacinal de ao menos 80% da população de cães nos municípios brasileiros, o que não acontece. Nesse sentido, a autora reflete:

As campanhas de vacinação são falhas à medida que não são realizadas de casa em casa e a população de baixa renda nem sempre tem como transportar o animal até um posto de saúde cujo acesso só seria possível por meio de transporte coletivo por se localizar em local distante da residência do guardião ou responsável (ORLANDI, 2011, p. 141).

Seria interessante, dentro desse contexto, que houvesse uma divulgação mais ampla das campanhas de vacinação e o aumento do número de postos, inclusive em bairros mais distantes (com postos móveis).

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Ademais, Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros e Paloma Rolhano, em análise sobre o tratamento da Leishmaniose no Brasil, afirmam que pesquisas científicas atualizadas apontam para campanhas de combate ao vetor (mosquito palha), medidas de higiene, saneamento básico, vacinação e uso de coleiras/repelente, como formas mais eficazes na erradicação da doença do que a eutanásia, por exemplo (CABRAL, et. al., 2017). Segundo as autoras, é muito mais cômodo às autoridades o uso do argumento de que os cães atuam como repositório da doença (o que fundamenta a utilização da eutanásia como método de erradicação), do que a reestruturação das políticas públicas de contenção da zoonose em questão (CABRAL, et. al., 2017).

O que se pode concluir, portanto, é que o avanço da ciência permitiu o desenvolvimento de técnicas menos onerosas no combate às doenças zoonóticas do que a própria eutanásia. Como exemplo, podemos citar a vacinação em massa dos animais, o controle populacional, o incentivo da posse responsável e da adoção, e o desestímulo ao abandono por meio de campanhas, sendo estes métodos mais baratos e eficientes do que o sacrifício dos animais.

Todavia, percebe-se que a proteção da saúde pública e o controle de zoonoses por meio de vacinação, controle populacional e campanhas de posse responsável e adoção, não fazem parte da conveniência da municipalidade, que insiste em práticas de extermínio ultrapassadas. Nesse sentido, critica João Paulo de Matos Falcão:

Compreendemos que, se, de um lado, a saúde humana é pauta das preocupações sociais e está inserida nas funções do Estado, de outro lado, tão pouco se fala sobre a saúde animal como incumbência também do Estado e como direito dos animais [...] é válido também apontarmos que, de acordo com a legislação brasileira, o Estado é responsável por tutorear os animais que habitam o território nacional. Além do mais, saúde animal e saúde humana são dois lados conectados, conforme alguns autores (FALCÃO, 2021, p. 19).

Em última análise, portanto, se faz necessário entender que direito dos animais e saúde pública são assuntos que se complementam. Isso porque, se

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

de um lado os animais abandonados e não vacinados têm mais chances de transmitir zoonoses, de outro, se houver a implementação de medidas como vacinação, esterilização e campanhas de posse responsável, haverá a promoção da saúde pública. Dessa forma, é imperativo que o Estado promova suas estratégias de saúde pública voltadas ao combate das doenças zoonóticas pensando também no bem estar animal.

4. EUTANÁSIA ANIMAL: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS BRASILEIRAS

Como visto nos tópicos anteriores, a proteção jurídica dada aos animais pela Constituição Federal (art. 225, § 1º, VII) eleva o direito dos animais ao patamar de direito fundamental - terceira dimensão dos direitos fundamentais - impondo ao Estado o dever de zelar pela fauna e impedir/reprimir práticas cruéis (CABRAL, 2017).

86

Ocorre que, como bem apontam Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros e Paloma Rolhano, os instrumentos normativos infraconstitucionais tendem a romper com a ordem constitucional, ao passo que se utilizam de meios cruéis, como a eutanásia, para eliminação de animais contaminados por doenças zoonóticas (CABRAL, 2017).

Todos os animais têm direito de ver resguardada a sua integridade física e o seu direito à vida, submetendo-se à tutela jurídica estatal, sobrevivendo, através de norma constitucional, o interesse público na sua preservação e defesa (ORLANDI, 2011).

Nesse sentido, Vanice Teixeira Orlandi afirma que, apesar da carta constitucional prever os fundamentos jurídicos da tutela dos animais, tais fundamentos nem sempre são respeitados pela legislação infraconstitucional (ORLANDI, 2011).

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONOSSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

O princípio da supremacia constitucional impõe que as leis infraconstitucionais estejam de acordo com os ditames da Carta Maior. Portanto, se a Constituição veda que animais sejam submetidos a atos de crueldade, conseqüentemente não permite que tais animais sejam simplesmente eliminados sem justificativa (ORLANDI, 2011).

As normas infraconstitucionais que autorizam a captura e eliminação de animais, sob o fundamento de que se está protegendo a saúde pública, não obedecem a sua própria finalidade intrínseca, que é o controle das doenças. Ora, se o objetivo maior da norma é o controle de zoonoses, e se já existe respaldo científico de que a eliminação de animais não é o meio mais eficaz no controle da disseminação de doenças infectocontagiosas, a autoridade administrativa, vinculada pela norma legal, deve buscar os meios mais eficientes para se chegar ao fim do instrumento normativo (ORLANDI, 2011).

Conforme já mencionado, a Lei nº 14.228, de 20 de outubro de 2021, diploma legislativo recente, disciplina a eliminação de animais domésticos pelos órgãos de controle de zoonoses, especificamente cães e gatos, permitindo expressamente o uso da eutanásia quando estes, contaminados por algum tipo de doença infectocontagiosa ou incurável, colocam em risco a saúde pública.

Em síntese, o art. 2º do citado diploma legal proíbe a prática da eutanásia em cães e gatos pelos órgãos públicos, exceto nos casos em que for constatado que os animais estão acometidos por: “males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde humana e a de outros animais” (Lei nº 14.228/2021).

Nesse caso, segundo bem expõe Henrique Augusto Rberte, é preciso que haja: “laudo de médico-veterinário habilitado comprovando a condição do animal e a imprescindibilidade da medida” (RBERTE, p. 48, 2015). No entanto, apesar da norma infraconstitucional prever a necessidade da eutanásia ser

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

realizada através de métodos humanitários, isso não ocorre na prática. Nesse sentido aponta Fernando de Araújo Heinen:

Os CCZ's, que deveriam fiscalizar e garantir a saúde e o bem estar dos animais e estimular a fiel aplicação dos preceitos constitucionais e legais que preconizam a posse responsável destes seres vivos por seus proprietários, são os primeiros a violarem a norma legal, estimulando a impunidade e a barbárie, ao pôr em prática, em relação aos animais que captura, mantém em confinamento e extermina, procedimentos e atitudes que afrontam diversos diplomas normativos, a Constituição da República e a legislação infraconstitucional (HEINEN, 2017, p. 76).

Ademais, a lei proíbe até mesmo que os animais infectados sejam resgatados por entidades de proteção animal (art. 2º, § 2º, da Lei 14.228/2021), o que confirma que a eutanásia, atualmente, é utilizada em nosso país como uma das principais medidas de controle sanitário de doenças zoonóticas em animais domésticos.

No mesmo sentido, a Resolução 1.000/2012, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, indica expressamente o uso da eutanásia como medida a ser adotada nos casos em que o animal constituir perigo à saúde pública, conforme disposto em seu art. 3º, inciso II.

Ocorre que tanto a Resolução 1.000/2012, do CFMV, quanto a Lei nº 14.228/2021, que permitem a eliminação de animais como política pública sanitária, vão totalmente contra ao que dispõe a Constituição Federal, através de seu art. 225, § 1º, VII, que obriga o Estado a zelar pelo meio ambiente e proteger os animais de práticas cruéis, como pode ser considerada a eutanásia dentro desse contexto.

Diga-se, dentro desse contexto, pois mesmo que seja praticada de forma humanitária, a eutanásia é totalmente desnecessária no combate à disseminação de doenças zoonóticas entre animais, haja vista que estudos científicos apontam para diversas outras políticas públicas muito mais eficientes, baratas e menos invasivas. Dentro desta perspectiva, a eutanásia se torna sim um método cruel.

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZOONOSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Quanto a isso, Vanice Teixeira Orlandi destaca que a prática da eutanásia como medida de controle da disseminação de zoonoses em animais é uma violação ao princípio da eficiência, incluído no art. 37, da CF/88 por meio da Emenda Constitucional n. 19/98, segundo o qual os recursos públicos disponíveis devem ser utilizados de maneira adequada e racional, com o intuito de se chegar ao melhor resultado possível (ORLANDI, 2011)

Dentro desse contexto, a autora destaca que o serviço público prestado pelos municípios através dos centros de controles de zoonoses (CCZ's) tem se mostrado inadequados e ineficazes, porquanto não são suficientes no controle da disseminação de doenças infectocontagiosas entre animais. A persistência na utilização do uso da eutanásia por parte de tais órgãos públicos, portanto, além de inconstitucional, pode ser considerado como atos de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, da Lei Federal 8.429/92 (ORLANDI, 2011).

Além do princípio da eficiência, a eutanásia fere ainda outros princípios constitucionais que regem a administração pública, como a legalidade, moralidade, finalidade, razoabilidade, indisponibilidade do interesse público e o princípio da motivação, além dos princípios constitucionais que estão diretamente ligados ao meio ambiente, como o princípio da precaução e da educação ambiental, por exemplo (ORLANDI, 2011).

Luciana Ventura, ao tratar sobre a inconstitucionalidade do uso da eutanásia como método de controle sanitário da Leishmaniose, sugere que o poder público municipal, respaldando seus atos na atual legislação infraconstitucional, utiliza-se desse meio por ser a alternativa mais fácil. No entanto, segundo a própria autora, tal medida, além de ser ineficiente, é uma afronta à Constituição Federal, pois o sacrifício de animais que podem receber tratamento veterinário é um ato de crueldade que fere a regra contida no art. 225, § 1º, da CF/88 (VENTURA, 2017, p. 100-101).

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Nesse sentido, destaca-se que no ano de 2015, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3 - Mato Grosso do Sul), proferiu decisão proibindo o sacrifício de animais contaminados por Leishmaniose no município de Campo Grande/MS, por ser medida inconstitucional que viola o art. 225, § 1º, da CF/88.

O julgamento foi proferido em sede de Agravo de Instrumento (0013792-50.2010.4.03.0000/MS), interposto pela Sociedade de Proteção e Bem Estar Animal - Abrigo dos Bichos, em face de decisão proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara de Campo Grande/MS, o qual havia revogado parcialmente tutela anteriormente concedida.

Segundo o acórdão do tribunal, sob a relatoria do desembargador federal Johnson di Salvo, a evolução da ciência permitiu o desenvolvimento de medicamentos que tornaram o sacrifício de animais uma medida sem propósito e sem “o menor sentido humanitário”, que ofende “de modo tosco e brutal o art. 225, § 1º, VII, da CF”. Outrossim, a decisão ainda apontou para a ineficiência da referida prática (TRF-3 - AI: 0013792-50.2010.4.03.0000/MS, Data de Publicação: 16/02/2016)

Dessa forma, o julgamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, conforme expõe Luciana Ventura, além de possuir um viés humanitário e protetivo, evidencia que: “a eutanásia de animais é medida errônea e desprovida de razoabilidade e proporcionalidade, medida esta que, conforme legislação pátria, é ato obrigatório a ser cumprido pela administração pública” (VENTURA, 2017, p. 101-102). Há de se concluir, portanto, que o controle de doenças zoonóticas em animais não pode ocorrer senão por meio de vacinação e controle de natalidade. Portanto, a saúde pública não pode ser mantida sem que o Poder Público adote programas de esterilização e efetivas campanhas de vacinação e posse responsável de animais domésticos, sendo de natureza pública o interesse para tanto.

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa foi possível demonstrar que a relação humano/animal sempre existiu através da história, porém foi somente no decorrer da Idade Moderna que os animais passaram a ser reconhecidos como seres dotados de sentimentos, tal como os seres humanos. É necessário esclarecer que esse reconhecimento só ocorreu a partir da comprovação científica da sensibilidade animal, por meio de estudos desenvolvidos nessa época e nos anos que se seguiram, tese esta que se opôs ao antropocentrismo, que outrora havia permitido que as mais diversas atrocidades fossem cometidas contra os seres não humanos.

É, portanto, a partir do reconhecimento dos animais como seres sencientes, capazes de experimentar inúmeras sensações - principalmente dor e sofrimento - que nasce o direito animal, com o objetivo de conceder proteção jurídica aos seres não humanos, preservando assim sua dignidade e sua integridade física e moral. Dessa forma, observa-se o surgimento de normas voltadas à proteção animal em diversos países, inclusive no Brasil, que elevou a tutela animal ao patamar de garantia constitucional, através da previsão contida no art. 225, § 1º, VII, da magna carta, que impôs ao Estado o dever de zelar pela fauna e assegurar respeito e existência digna aos animais.

Em um segundo momento da pesquisa, levando em consideração esse dever dado ao Poder Público pela Constituição Federal de zelo e cuidado para com os animais, passou-se à análise da eficácia da eutanásia como política pública de controle sanitário de doenças infecto-contagiosas em animais domésticos no Brasil, as chamadas zoonoses, tudo com a finalidade de encontrar a resposta para a problemática do presente estudo, que envolve a necessidade ou não da utilização do método de extermínio de animais para prevenir a proliferação de doenças zoonóticas.

O que foi possível concluir através dos dados científicos coletados é

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

que, atualmente, a eutanásia é absolutamente desnecessária. Isso porque além de ineficaz, o uso da eutanásia como medida de controle sanitário de zoonoses em animais domésticos no país é inconstitucional.

Ineficaz, pois os estudos que serviram de embasamento para a presente pesquisa apontam para a eutanásia como sendo um método “ultrapassado”. Em síntese, foi possível observar que a proliferação das doenças zoonóticas ocorre principalmente entre animais abandonados (errantes), animais estes que em sua grande maioria não são castrados. Sendo assim, os animais de rua acabam se reproduzindo em uma velocidade muito maior do que os órgãos públicos são capazes de recolhê-los e abatê-los, o que demonstra a ineficiência da medida. Ademais, os avanços da tecnologia e da medicina veterinária já permitiram que outros métodos, comprovadamente mais eficientes, fossem desenvolvidos para a erradicação de doenças zoonóticas entre animais domésticos, como a esterilização e a vacinação.

Outrossim, foi possível concluir que é inconstitucional o uso da eutanásia em animais domésticos como política pública sanitária, vez que o art. 225, § 1º, VII, da CF/88, ao mesmo tempo que concede a todos os animais o direito de ver resguardada a sua integridade física e a sua vida, impõe ao Estado a obrigação de zelar pela sua proteção, reprimindo atos cruéis, tal como pode ser considerada a eutanásia nesse contexto, pois uma vez comprovadamente ineficaz e, por conseguinte, desnecessária, tal medida se torna cruel.

De todo modo, se faz necessário mais uma vez ressaltar a importância da presente pesquisa para a sociedade brasileira, vez que põe em xeque dois assuntos que estão intimamente ligados com a vida de cada cidadão, qual seja, a saúde pública e a proteção animal. São, em última instância, assuntos que se complementam, pois à medida em que a tutela jurídica existente em prol dos animais é efetivada, diga-se, através de políticas públicas que visem o

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONÓSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

bem estar animal, a saúde pública também é promovida.

Dessa forma, resta evidente que as políticas públicas sanitárias do país devem estar voltadas para métodos que realmente funcionem. Como exemplo podemos citar a castração e a vacinação de animais, leis que proíbam e penalizam o abandono, campanhas de incentivo à adoção e à posse responsável, microchipagem e a criação de hospitais veterinários públicos.

Todavia, observa-se que o governo brasileiro tem sido negligente em relação ao assunto, tanto no que se refere à proteção animal quanto à saúde pública, vez que tem despendido recursos públicos em um método antiquado e ultrapassado, que nada mais tem a contribuir para a população, já que não tem alcançado a sua finalidade que é a erradicação de doenças zoonóticas em animais.

Não coube demonstrar nesse momento o porquê da eutanásia ainda ser o principal método utilizado pelo governo brasileiro como política pública de controle sanitário de doenças infectocontagiosas em animais domésticos - haja vista que comprovadamente ineficiente e inconstitucional - pois a delimitação do tema e da problemática da presente pesquisa não abriu espaço para tanto, o que não impede, todavia, que um novo estudo seja desenvolvido futuramente especificamente sobre tal questionamento.

Por fim, frisa-se que a prática do extermínio de cães, sob o pretexto de proteção à saúde pública, quando resta notória a eficácia superior de outras medidas de controle da doença, não pode continuar, sob o risco de se estar retroagindo no que se refere ao reconhecimento dos animais como seres sencientes, dotados de direitos, inclusive proteção constitucional.

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONOSSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

REFERÊNCIAS

ALBIGO, P. C., **A Recategorização e a Tutela Jurídica dos Animais Domésticos no Direito Brasileiro e a Dignidade Animal**. Centro Universitário Curitiba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/13871>. Acesso em: 06 mai. 2022.

AMORIM, L. M., FERREIRA, D. L. G. **O DIREITO DOS ANIMAIS: animais como seres sencientes**. Revista Cathedral (ISSN 1808-2289), v. 3, n. 2, ano 2021. Disponível em: <https://vetsapiens.com/wp-content/uploads/2021/06/o-direito-dos-animais-animais-como-seres-s-sencientes.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2022.

ARRUDA, MM. de, SILVA, C. da, FRECCIA, A. **Discrecionariade administrativa e eutanásia animal em unidade de vigilância de zoonoses: um estudo de caso**. Cad. Ibero Am. Direito Sanit. 29º de setembro de 2017; 6(3):198-211. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/394>. Acesso em: 05 mai. 2022.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Resolução nº 1000, de 11 de maio de 2012**. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências. Brasília, 17 de maio de 2012. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/Home/comissaodeeticaeusoanimal/resolucao-1000-11-05-2012--cf_mv_-eutanasia.pdf. Acesso em: 06 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 06 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.228, de 20 de outubro de 2021**. Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres; e dá outras providências. Brasília, 20 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14228.htm. Acesso em: 06 out. 2023.

BECK, L., LEWGOY, B., MASTRANGELO, A. **Tanatopolítica e biossegurança: dois regimes de governo da vida para a leishmaniose visceral canina no Brasil**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 145-176, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ZfmFhgdz4SW6B346Z4V7dFB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2022.

CABRAL, Paloma Rolhano; DE MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura. **O**

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONOSSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Direito Dos Animais E As Políticas De Saúde Pública No Controle De Zoonoses: Uma Crítica Ao Tratamento Da Leishmaniose. Revista de Biodireito e Direito dos Animais, v. 3, n. 1, p. 74-91, 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistarbda/article/view/2059>). Acesso em 24 jul. 2023.

COSTA, C. H. N. *How effective is dog culling in controlling zoonotic visceral leishmaniasis? A critical evaluation of the science, politics and ethics behind this public health policy.* Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Uberaba, v. 44, n. 2, p. 232-242, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/GhB6vk7cWDBqdgRns4PdBx/?lang=en>. Acesso em: 06 mai. 2022.

DA SILVA, Camila; FRECCIA, André; DE ARRUDA, Mauro Maciel. **Discrecionalidade administrativa e eutanásia animal em unidade de vigilância de zoonoses: um estudo de caso.** Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, v. 6, n. 3, p. 198-211, 2017. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/394>. Acesso em: 26 jul. 2023.

FALCÃO, João Paulo de Matos. **Da saúde pública ao direito dos animais. uma análise do papel do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) e das associações de socorro animal em Dourados – MS.** 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4707>. Acesso em: 06 mai. 2022.

HEINEN, F. de A. **Críticas à Prática da Eutanásia Humanitária em Animais Segundo o Interesse Social.** UFRRJ Biblioteca - Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t267.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.

JUNIOR, D. P., PANDOLFI, I. A., SANTOS, R. M., SOUZA, M. V., **Levantamento de dados e causas de eutanásia em cães e gatos: avaliação ética-moral.** Pubvet, Medicina Veterinária e Zootecnia, ISSN 1982-1263, v.13, n.11, a451, p.1-13, Nov., 2019. Disponível em:

https://web.archive.org/web/20200209075522id_/http://www.pubvet.com.br/uploads/3b70a213ef0f482fa4c4730de32e4508.pdf. Acesso em 05 mai. 2022.

MACHADO, C. J. S., SILVA, E. G., VILANI, R. M. **O uso de um instrumento de política de saúde pública controverso: a eutanásia de cães contaminados por leishmaniose no Brasil.** Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.1, p.247-258, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/zQW3Y45cZB5yrKzxwFngZwd/abstract/?lang=en>

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZONOSSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

pt. Acesso em: 06 mai. 2022.

MARQUES M. R, SANTANA L. R. **Maus tratos e crueldade contra animais nos centros de controle de zoonoses: aspectos jurídicos e legitimidade ativa do Ministério Público para propor ação civil pública.** Salvador, 2001. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portaWeb/hp/9/docs/maus_tratos_ccz_de_salvador.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

MARTINS, R. de F.. **“Eutanásia humanitária” ética ou prática falaciosa visando-se ao pretense controle da população de animais de rua e de zoonoses?**. Revista Brasileira De Direito Animal, 1(1), 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rbda.v1i1.10248>. Acesso em: 05 mai. 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **Agravo de Instrumento 0013792-50.2010.4.03.0000/MS.** Agravante: Sociedade de Proteção e Bem-Estar Animal - Abrigo dos Bichos. Agravado: Município de Campo Grande e União Federal. Disponível em: <https://web.trf3.jus.br/acordaos/Acordao/BuscarDocumentoGedpro/4232610>. Acesso em: 17 out. 2023.

MEDEIROS, Carla de Abreu. **Direito dos Animais: o valor da vida animal à luz do princípio da senciência.** Curitiba: Juruá, 2019.

MEDEIROS, F. L. F., ROLHANO, P. **O Direito dos Animais e as Políticas de Saúde Pública no Controle de Zoonoses: Uma Crítica ao Tratamento da Leishmaniose.** Revista de Biodireito e Direitos dos Animais | e-ISSN: 2525-9695 | Brasília | v. 3 | n. 1 | p. 74 – 91 | Jan/Jun. 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistarbda/article/view/2059>. Acesso em: 06 mai. 2022.

ORLANDI, Vanice Teixeira. **Da eliminação de animais em centros de controle de zoonoses.** Revista Brasileira de Direito Animal, v. 6, n. 8, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11059>. Acesso em 26 jul. 2023.

RBERTÉ, H. A. **Políticas de Controle Populacional de Animais Errantes e de Zoonoses.** UFSC Centro de Ciências Jurídicas - Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133774>. Acesso em: 05 mai. 2022.

SCHWEIG, J. A., **Tutela Jurídica Dos Animais: Uma Análise Sobre A Evolução Do Direito Animal No Ordenamento Jurídico Brasileiro.** Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3003>. Acesso em: 07 mai. 2022.

SOTO, F. R. M. **Eutanásia canina nos centros de controle de zoonoses.**

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA EUTANÁSIA E DO CONTROLE DE ZOONOSES EM ANIMAIS DOMÉSTICOS NO BRASIL

GRADE, Suelen Andressa; FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih

Arq. Ciênc. Vet. Zool. UNIPAR, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 43-46, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/276548311.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.

SOUSA, M. B. C., **Métodos para boa prática da eutanásia - revisão de literatura**. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural, PATOS – PB, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/24647>. Acesso em: 05 mai. 2022.

VENTURA, Luciana. **A inconstitucionalidade da eutanásia de animais portadores de Leishmaniose Visceral**. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/12783>. Acesso em: 17 out. 2023.

Submetido em: 07.05.2024

Aceito em: 22.07.2025